SUBEMENDA N° 3 ADOTADA PELA CE AO SUBSTITUTIVO DA CMULHER AOS PROJETOS DE LEI N° 1705, DE 2021 E N° 2797, DE 2021

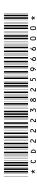
Assegura prioridade à vaga em instituições de ensino público básico aos filhos ou dependentes das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Dê-se ao art. 2º do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 1.705, de 2021, a seguinte redação:

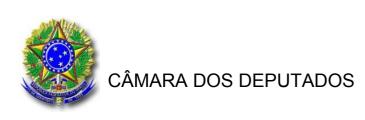
"Art. 2º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º No caso em que a mulher responsável pelo educando seja vítima de violência doméstica e familiar, a matrícula será efetuada em instituição de ensino que seja mais favorável à sua integridade física, psicológica e mental, bem como à de seus dependentes.

§ 2º Em caso de mudança no domicílio, deverá ser remanejada imediatamente a matrícula do educando para a escola pública cuja localização seja mais favorável à integridade física, psicológica e mental da mulher vítima de violência doméstica e familiar.







§ 3º Em qualquer caso, será feita a devida comunicação ao Conselho Tutelar competente, para acompanhamento.' (NR)"

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 2022.

Deputado **KIM KATAGUIRI**Presidente

